

## Lacan e os quatro discursos

Cristina Álvares  
(Universidade do Minho)

1. A teoria do inconsciente desenvolvida por Jacques Lacan ao longo de trinta anos de ensino pode ser condensada nesta afirmação: o inconsciente não está no instinto, está no significante, i.e., na relação estrutural entre significantes. Daí o célebre aforismo: o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Colocar a linguagem como condição do inconsciente era um passo necessário e decisivo para desfazer a aporia biológica da obra de Freud e desenvolver uma percepção do sexual como sendo estrangido pela combinatória significante e integrado na esfera da significação.

Ao definir o inconsciente como estrutura, Lacan não liquida o sujeito. O que lhe interessa é, ao contrário, pensar o sujeito na estrutura. Ora, um tal sujeito não pode ser causa de si mesmo; ele só pode ser um sujeito determinado e dividido pelo significante, um sujeito castrado, i.e., esvaziado de substância ontológica e de conteúdo psicológico, um *manque-à-être* e um *manque-à-jouir*.

Para formalizar a posição do sujeito na estrutura, Lacan usa a fórmula  $S1 \rightarrow \$ \rightarrow S2$ . Ela significa que o sujeito é um efeito da relação significante e lê-se: o sujeito é o que um significante representa para outro significante.

As fórmulas e os matemas têm na obra de Lacan a função de transmitir integralmente um saber através daquilo a que ele chamava *les jeux des petites lettres* e sustentam um ideal de cientificidade galilaico-newtoniano que reduz o semantismo do mundo às leis da matéria matematicamente equacionáveis. A psicanálise freudiana mais não faz do que prolongar a *démarche acosmologique* da ciência moderna ao fazer do sujeito um ser de letra. Não é pois de admirar que o sujeito do inconsciente tenha como referência o cogito

cartesiano no momento da dúvida metódica. Os quatro discursos, que são uma sequência algébrica, constituem um dos melhores exemplos de manipulação dos jogos das letrinhas.

A teorização do objecto *a*, *petita*, como objecto do fantasma e objecto da pulsão marca uma inflexão a meu ver decisiva na teoria lacaniana. Durante a década de 50, Lacan define o *petita* como um objecto imaginário que mais não é do que a imagem especular do eu:  $a - a'$ . O sujeito, formação puramente simbólica radicalmente distinta do eu, não tem objecto. Ele é apenas o que um significante representa para outro significante.  $\$$  é sujeito do desejo mas o desejo é intransitivo porque na estrutura o objecto é anulado e subsumido na relação significante (o símbolo mata a coisa). O sujeito nada mais pode desejar senão a própria relação significante. É a lei do significante puro, única referência e único suporte do desejo. E à questão de saber de que goza o sujeito, a única resposta possível é: da lei unicamente, da lei como Coisa. A partir de 1960, a ética da psicanálise apresenta o *petita* como objecto para o desejo do sujeito e o matema do fantasma  $\$ \diamond a$  significa que o desejo não está todo alienado ao significante e que o sujeito não está só face à lei do significante. Mais ainda, o Seminário XI (1964) estabelece que as zonas erógenas, que constituem o objecto da pulsão, significam que o gozo do sujeito não se concentra todo na lei mas que se desmembra e pulveriza em pequenos objectos que dão corpo ao gozo perdido: o seio e as fezes mas também esses objectos sem substância que são o olhar e a voz.

As razões e as implicações da teorização do *petita* são complexas e a sua análise não cabe no âmbito desta intervenção. Interessa dizer apenas que o *petita* é um objecto heterogéneo à combinatória significante, um corpo estranho que vem perturbá-la e instabilizá-la. Os quatro discursos podem ser considerados uma tentativa de lidar com o *petita*, de enquadrar na estrutura aquilo que ela exclui: o real; o resto.

Para introduzir o *petita* na fórmula que coloca o sujeito como efeito da articulação significante, Lacan transforma-a numa outra agora com dois níveis separados pela barra do recalçamento: o nível superior é o da prevalência da articulação significante; em baixo situam-se o produto e o efeito desta mesma articulação: *petita*, a forma objectal da falta de ser do sujeito:

$$\begin{array}{ccc} \underline{S1} & \rightarrow & \underline{S2} \\ \$ & & a \end{array}$$

Esta equação constitui um dos quatro discursos: o do mestre, ao qual Lacan atribui valor de matriz a partir da qual se engendram os outros discursos.

2. Os quatro discursos são introduzidos no Seminário XVII, *L'envers de la psychanalyse*, leccionado em 1969-1970. São tratados também em *Radiophonie*. O Seminário XVII tem a particularidade de ter sido ensinado no rescaldo do Maio de 68 e nele é forte a presença das temáticas da revolução, da luta política e ideológica, das questões colectivas e da referência a Marx.

Um discurso define-se como uma modalidade de vínculo social, de inscrição num grupo, num campo comum. Os quatro discursos são uma sequência algébrica que equaciona quatro lugares cuja articulação, que não é, ao contrário do que é vulgarmente assumido pelo senso comum, uma relação intersubjectiva, constitui um laço social ou discurso.

Os quatro lugares são os seguintes:

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| agente   | → | outro     |
| verdade  |   | saber     |
| (efeito) |   | (produto) |

Os termos que vão ocupar os lugares são os seguintes:

S1: o significante unário ou significante-mestre

S2: o saber

\$: o sujeito

a: o mais de gozar (*plus de jouir*), segundo o modelo marxista da mais-valia.

A regra do jogo consiste em fazer um quarto de rotação no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio para estabelecer os outros três discursos:

$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$       discurso do mestre

$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$       discurso da universidade

$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$       discurso do psicanalista

$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$       discurso da histórica

Os discursos podem ordenar-se por pares em que um é o avesso do outro.

O avesso do discurso do mestre é o discurso do psicanalista:

$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$

$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$

Não é por acaso que o Seminário XVII se chama *L'envers de la psychanalyse*, sendo que o avesso da psicanálise é o discurso filosófico.

Quanto ao discurso da universidade, o seu avesso encontra-se no discurso da histórica:

$$\begin{array}{l} \underline{S2} \rightarrow \underline{a} \\ S1 \quad \$ \end{array}$$
$$\begin{array}{l} \underline{\$} \rightarrow \underline{S1} \\ a \quad S2 \end{array}$$

3. Como é que se lê o discurso do mestre e os outros ?

O senhor (S1) faz trabalhar o escravo que sabe (S2) como fazer para produzir os objectos do gozo (a), que não são para ele, escravo (barra entre S2 e *petita*), mas para o senhor que os consome. O gozo destes bens separa o senhor da verdade do seu inconsciente, do seu desejo, cuja falha é obstruída com os objectos: \$.

O discurso do mestre é um discurso de domínio que vive da ilusão de que \$ é S1, de que o sujeito é Um, idêntico a si mesmo, de que o discurso é unívoco. O discurso de Hegel, cujo horizonte é o saber absoluto, é uma versão do discurso do mestre; o discurso político, que se apoia também na ideia de totalização do saber, é outra. Ambos negam o inconsciente, i.e., a falha no saber.

Ao contrário do discurso do mestre, o discurso do analista não é um discurso de domínio.

O analista é o agente: ele é *petita* porque é a causa do desejo de saber o sentido dos sintomas de \$. Ele age sobre o analisando que, de acordo com a técnica da associação livre, diz o que lhe passa pela mente. Separado do sentido dos sintomas (S2), \$ produz um sujeito suposto saber (S1) do qual está literalmente barrado e que projecta no analista: é o *transfert*. Mas o sujeito suposto saber (S1) é impotente para dar conta do saber inconsciente do analisando (S2): a verdade semi-diz-se, nunca pode ser S1. O saber está no lugar da verdade (S2) mas, porque é impossível dizer a verdade toda (o analista não tem acesso à verdade toda do

seu saber), esse saber não se traduz num discurso de domínio.

Tal como o do mestre, o discurso da universidade é um discurso de domínio. No lugar do agente encontra-se S2, o saber que o mestre usurpou ao escravo e que se tornou assim um puro saber de mestre, ou seja, em tirania do saber: os grandes textos, o cânone, a autoridade, o discurso de citação. Os textos são aplicados ao estudante para o formar, produzindo um \$: um ser reduzido a unidades de crédito, que será professor e/ou burocrata. No lugar da verdade aparece S1: o autor. Mais uma vez, a relação entre os dois lugares de baixo é de disjunção: o professor não é suposto questionar a verdade dos textos, pois no lugar da verdade está a autoridade dos mesmos. Além disso, \$ é incapaz de se tornar um significante mestre (S1), i.e., um autor: ele é apenas o transmissor de um saber.

Contrariamente ao discurso da universidade que é um discurso de transmissão do saber, o discurso da histórica é um discurso de produção do saber: S2 ocupa a posição do produto. \$ questiona e desafia S1 (mestre) para o forçar a produzir um saber sobre a verdade do sintoma histórico, i.e., sobre a falha do sujeito, a castração, a diferença sexual, o impasse sexual. Mas a relação entre o saber e sexo é mais uma vez de disjunção e de impotência, e \$ está barrado da verdade do seu sintoma.

O discurso da histórica denuncia a ilusão do discurso do mestre:  $\$=S1$ ; S1 está separado de S2 pela barra: o mestre não domina o saber (S2) sobre o sexo (a), o mestre é castrado.

Se submetermos o discurso da histórica a um quarto de rotação, reencontramos o discurso do mestre. Este é o alibi daquele. Ao passar de um para outro, o *petita* desloca-se da posição de efeito para a de produto: aquilo que, no discurso da histórica, é o sintoma (ou corpo *estranho*) transforma-se, no discurso do mestre, em bem de consumo (a incorporar, a *entranhar*). Este deslocamento do *petita* constitui a estratégia do mestre para escamotear a satisfação que a histórica dele reclama como homem: ele consome o saber do escravo para

não ouvir a reivindicação feminina e não ter que revelar o desfalecimento do seu saber sobre o sexo. Filosofia e política nada têm a dizer sobre a questão da insatisfação sexual e o desencontro destes dois discursos, o da histérica e o do mestre, pode ser entendido como uma figura daquilo que Lacan sintetizará no aforismo *não há relação sexual*.